

REFORMA DO ENSINO SUPERIOR PELA LEI Nº 5.540/68 E A ADEQUAÇÃO AOS INTERESSES DO MERCADO

Elisia Beatriz Grande ¹

Marco Antônio de Oliveira Gomes ²

RESUMO

A investigação, neste estudo, centra-se na análise do período da ditadura civil militar de 1964 e da Lei Nº 5.540/68, por meio de averiguação documental pautada na perspectiva do materialismo histórico dialético que tem como base a filosofia marxista. A pesquisa traz um retrospecto do período da ditadura, aliando os fatores históricos aos interesses políticos que emergiram durante tal período, faz-se uma análise crítica dos impactos positivos ou não provenientes desta lei que visou reformular o ensino superior no país. Dessa forma, espera-se que essa pesquisa contribua com as discussões recorrentes a respeito das reformas do ensino superior, bem como no entendimento das leis e no que elas podem impactar no contexto da educação.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar. Reforma do Ensino Superior. Materialismo Histórico Dialético.

ABSTRACT

The investigation, in this study, focuses on the analysis of the period of the military coup of 1964-1984 and Law No. 5.540 / 68, by means of documentary inquiry based on the perspective of dialectical historical materialism that is based on Marxist philosophy. The research brings a retrospect of the period of dictatorship, allying the historical factors with the political interests that emerged during that period, making a critical analysis of the positive or non-positive impacts of this law that aimed at reformulating higher education in the country. In this way, we hope that this research contributes to the recurrent discussions about the reforms of higher education, as well as in understanding the laws and what they can impact in the context of education.

Keywords: Civil-Military Dictatorship. Reform of Higher Education. Dialectical Historical Materialism.

¹ Aluna do 4º ano do curso de Pedagogia da UEM (universidade Estadual de Maringá). Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso.

² Professor Doutor adjunto da Universidade Estadual de Maringá, lotado no Departamento de Fundamentos da Educação.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto trata-se de um trabalho de conclusão de curso o qual apresenta como objetivo a análise da Lei Nº 5.540/68 e suas relações com o modelo econômico adotado pela ditadura civil militar de 1964.

Em uma breve síntese, pode-se afirmar que o Golpe foi arquitetado por uma frente de forças que incluía empresários dos diferentes ramos de atividades econômicas, latifundiários, representantes de empresas estrangeiras instaladas no Brasil, além de amplos setores da imprensa e setores conservadores da Igreja Católica. Acrescente-se que o golpe contou com a participação efetiva da oficialidade das Forças Armadas, a quem coube a operacionalização da derrubada de Presidente João Goulart.

O discurso dos golpistas acenava genericamente contra “corrupção” e para uma suposta ameaça comunista que contribuiu para espalhar o medo em amplos segmentos da classe média que também apoiaram o golpe de Estado.

Consumado o golpe, as lideranças identificadas com o projeto golpista buscaram legitimar a ação militar perante a opinião pública. Acrescente que os golpistas se autoproclamaram como revolucionários e o movimento de derrubada de João Goulart como “Revolução” organizada em nome da defesa dos ideais “democráticos”. Nesse aspecto, os governos militares contaram com o apoio da imprensa, do Congresso Nacional, da burguesia e do Supremo Tribunal Federal.

Convém lembrar que caracterizar o movimento de 1964 como “revolução” foi uma estratégia que buscava apontar para o processo de “modernização” do Brasil dentro da ordem estabelecida. No entanto, a realidade dos fatos demonstra que a “revolução” nada mais foi do que um golpe que usou da violência para perseguir, exilar, prender, torturar ou assassinar aqueles que ousaram denunciar ou lutar contra a ditadura.

A ditadura instaurada em 1964 não foi apenas marcada pela repressão contra os segmentos de oposição. Para a manutenção do Estado autoritário fez-se necessário atender algumas demandas sociais com o propósito de conquistar o consenso entre diferentes segmentos sociais. Deste modo, a educação constituiu-se em um espaço estratégico para o regime militar, para ter o apoio das camadas médias, o que incluía os grupos estudantis. As reformas impostas com “aparência” de democracia buscavam adequá-la aos propósitos do regime instaurado, organizar a

educação em todos os níveis, preparando força de trabalho para que pudesse atender as necessidades do mercado em expansão, além de difundir os valores do regime militares e uma forma de manter o controle a qualquer manifestação contrária.

No caso específico do ensino superior, deve-se levar em consideração que a universidade constituía-se em um espaço do pensamento crítico, mas também era vista como um meio fundamental para a formação de mão de obra especializada para as necessidades do Estado e do mercado. Por isso, faz-se necessário analisar o conjunto dos interesses envolvidos que fundamentaram as políticas educacionais do regime militar.

Como ponto de partida metodológico realizamos uma pesquisa histórica, documental e bibliográfica. Dessa forma, recorreu-se a fontes primárias (legislação do período) e a autores que contribuíram para a compreensão da reforma educacional. Como afirma Gil “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 2002, p.45).

Como referencial teórico seguimos a perspectiva materialismo histórico dialético que tem como base a filosofia marxista, portanto utilizamos autores que seguem esta concepção. Em conformidade com Marx e Engels:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por ele já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica. O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, orohidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história. Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87).

Desse modo, não importa o que os homens dizem ou imaginam, mas a forma pela qual organizam e produzem a sociedade em relação com seus semelhantes. Dito

de outra forma, é fundamental a análise em torno do processo histórico marcado pelas contradições de uma sociedade dividida em classes.

O interesse pela temática partiu das reflexões nas aulas de das disciplinas de história da educação e de políticas da educação, as quais fortaleceram ainda mais a curiosidade. E principalmente o reconhecimento deste momento que tiveram muitos avanços, mas também retrocessos, bem como interesses políticos e os movimentos de represália que caracterizam os momentos de autoritarismos e brutalidades do golpe Civil-Militar no Brasil.

Deste modo, a razão para o estudo da Reforma do Ensino Superior de 1968 é compreender seu legado e a forma como se articulou com os interesses do capital. Nesse sentido, Saviani apresenta as seguintes contribuições:

[...] a história da educação, enquanto repositório sistemático e intencional da memória educacional será uma referência indispensável na formulação da política educacional que se queira propor de forma consistente, em especial nos momentos marcados por intentos de reformas educativas [...]. De outro lado, dos fundos adotados pela política educacional depende o peso que a História da Educação irá ter na formação das novas gerações, o que acarreta, no médio e longo prazo, consequências relevantes para o desenvolvimento da área. Isto porque é um sistema de ensino que se formam os quadros de pesquisadores e professores de história da educação, residindo também aí o lugar principal de atuação profissional dos historiadores da educação. (SAVIANI 2001 apud GATTI Jr 2008, p. 228).

O que foi dito acima também é válido para a história da educação no período da ditadura civil militar. Em outras palavras, a compreensão do passado é uma necessidade para traçarmos estratégias de superação dos problemas do presente.

2 AS ORIGENS DO GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964

Para compreender o golpe Civil Militar devemos considerar o momento que a sociedade brasileira vivenciava, momento de crise financeira, crescente organização dos trabalhadores do campo e da cidade. O cenário marcado pela polarização gerada pela Guerra Fria e a Revolução Cubana de 1959 também são elementos significativos para compreender os campos em disputa no início dos anos 1960.

O Presidente até então João Belchior Marques Goulart (1961-64), conhecido como Jango, teve um governo marcado pela oposição do empresariado associado ao

capital estrangeiro. A proposição de reformas por Goulart, conhecidas como as Reformas de Base, que incluía entre elas a reforma agrária, apenas aguçou o apetite golpista dos segmentos mais conservadores da sociedade brasileira.

Em uma breve síntese, é possível afirmar que as Reformas de Base propostas objetivavam ampliar o mercado interno e superar a crise econômica herdada das contradições do capitalismo de caráter dependente do Brasil. Porém, as propostas eram vistas pela burguesia brasileira associada ao capital estrangeiro como uma porta aberta ao “comunismo”.

Deste modo, o golpe Civil Militar de 1964 foi uma manobra do empresariado brasileiro com apoio dos grandes latifundiários, que em sua grande maioria eram ligados ao parlamento. Empresas estrangeiras e, fundamentalmente o imperialismo dos Estados Unidos preocupavam-se com as lutas travadas no interior do Brasil. O maior receio dos grupos conservadores era com o avanço e conquista das classes trabalhadoras.

O golpe foi muito mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores. (NAPOLITANO, 2016. p. 43).

Outro fato importante a ser considerado é os vínculos que a imprensa mantinha com os interesses do grande capital. Deste modo, inúmeros jornais estampavam nas primeiras páginas, manchetes negativas contra o governo de Jango e fomentavam ainda mais a ameaça do comunismo no Brasil, o que gerava o pânico em amplos segmentos das classes médias. Muitos acreditavam que a única alternativa para aquela crise seria a intervenção militar, com o apoio da elite, classe média e da igreja católica, era questão de dias para de fato os militares fazerem a intervenção executiva.

3 O GOLPE DE 1964

Na madrugada de 31 de Março de 1964 marca na história do Brasil o fim de uma república legalmente constituída e o início do regime militar, apoiado pela burguesia e capital estrangeiro, que durou até 1985, que marcou terríveis para os trabalhadores e todos aqueles que manifestavam uma opinião contrária ao regime militar.

E o golpe veio não dos tanques e soldados rebelados, mas da instituição que deveria preservar a legalidade institucional. Na noite de 2 de abril, em franco desrespeito à Constituição que afirmavam defender, as forças conservadoras do Congresso Nacional declararam a “vacância” da presidência da República, sem discussão no plenário. Com o presidente ainda em território nacional. (NAPOLITANO, 2016. p.61).

Depois do golpe, eleições indiretas foram convocadas para que o teatro da farsa pudesse ter um mínimo de legalidade. No dia 11 de abril de 1964, Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito com 361 votos para o cargo máximo do Brasil. Tratava-se de legitimar o mandato presidencial que buscava atender os interesses burgueses.

Instalado o governo golpista, o autoritarismo se fez presente. O modelo econômico não significou um rompimento com o passado, mas o fortalecimento do capitalismo por meio da repressão ao movimento dos trabalhadores.

O modelo econômico conduziu ao reforço do desenvolvimento capitalista baseado na entrada em massa do capital estrangeiro amplamente favorecido e atraído. Segundo os dirigentes da República ditatorial vivia-se um modelo de desenvolvimento capitalista associado. Na realidade, as multinacionais passaram à posição de hegemonia na economia do Brasil. Consta-se, então, que, além da desnacionalização da economia, houve um descomunal endividamento externo e o aumento acelerado da concentração de renda. Não se pode negar que a industrialização cresceu, mas é inegável que a sociedade empobreceu. (AQUINO, 1990, Vol. IV, p. 260).

Durante o período da ditadura militar no Brasil foram editados 17 atos institucionais entre eles, o mais polêmico e violento foi o de Número 5. O AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, foi redigido pelo ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva. Assim, o regime foi despido de todas as máscaras e assumiu a ditadura. A censura, as prisões sem autorização judicial, as cassações de direitos fizeram parte do cotidiano no Brasil.

Foram criadas leis que atendiam aos interesses da burguesia e das empresas estrangeiras que assumiram um papel importante na economia nacional. Com o objetivo em promover o desenvolvimento econômico, o governo Militar desenvolveu metas que atendiam as ideias de desenvolvimento para o país. Dentre esses planos estão: o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG-1964/1966), o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), o Programa

Estratégico de Desenvolvimento (1968- 1970), Metas e Bases para a Ação Governamental (1970-1972) e I, II e III Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1985).

4 O GOLPE E A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A ditadura instalada em 1964 se caracterizou pelo seu caráter conservador e de opressão contra os movimentos populares. Não faltam exemplos que demonstram a opção dos governos militares em defender os interesses da burguesia. A política econômica adotada amplamente favorável a concentração de renda, as modificações na constituição que limitavam drasticamente os direitos políticos e sociais do trabalhador, o afastamento arbitrário de pessoas que antes eram ligadas ao governo anterior, além de muitas vítimas que faziam resistência ao governo militar. Segundo Germano:

No Brasil, a partir de 1964, o Estado caracteriza-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência. Além disso, pela manutenção de uma aparência democrático-representativa, uma vez que o Congresso não foi fechado definitivamente (embora tenha sido mutilado) e o Judiciário continuou a funcionar, ainda que como apêndice do Executivo. O autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política. (GERMANO, 1994, p. 55).

Nesse sentido, logo após o golpe de estado, a Universidade de Brasília, em 9 de abril de 1964, tropas do exército invadiram o campus da instituição. Essa medida não foi a última. Intervenção, prisão ou demissão de professores e perseguição de alunos tornaram-se uma prática comum.

Para as lideranças da ditadura tratava-se de impedir a influência das ideias comunistas no meio acadêmico. Nesse processo, não podemos esquecer o auxílio dos Estados Unidos (EUA), que apoiaram o golpe desde o primeiro momento de conspiração.

Entre os “auxílios” prestados pelos EUA, podemos apontar as ações oriundas dos acordos MEC-USAID, que financiaram uma série de programas destinados à educação no Brasil. Nesse aspecto, a ditadura não se limitou somente à violência

explícita contra os indivíduos do meio acadêmico que representavam a oposição ao regime.

Assim, as mudanças não foram apenas na economia, mas havia a necessidade de adequar o sistema educacional para atender ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo Militar, deste modo o governo buscou reformas em todos os níveis de ensino. Políticas para que educação atendesse aos interesses do governo, os quais resultariam na qualificação para o trabalho e a expansão de mercados.

A lei N°5.540, de 28 de Novembro de 1968, estabeleceu normas de organização e funcionamento para o ensino superior contribuindo para a rápida expansão no setor privado em nível superior e mais moderado no setor público, as universidades ofereceram mais vagas e receberam mais verbas, sendo que estas foram usadas para a construção dos prédios e a compra de equipamentos, desta forma os grandes campos universitários implementaram programas de pós-graduação e pesquisas de expansão, sendo até hoje um dos principais eixos do ensino universitário público.

Com a reforma do ensino superior, o governo traçou uma série de acordos entre o Ministério da Educação Brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), que por sua vez oferecia assistência a educação brasileira, como segue um trecho deste acordo entre o MEC e USAID.

A finalidade deste Convênio é promover meios que assegurem assessoramento à Diretoria em estudos relacionados com a expansão e o aperfeiçoamento, a curto e a longo prazo, do sistema do ensino superior brasileiro através de processo de planejamento que torne possível a preparação e a execução, por parte das autoridades brasileiras, de programas com o objetivo de atender às crescentes necessidades desse setor. (ALVES, 1968, p. 49).

O governo brasileiro tinha como um dos seus objetivos expandir o capital do Brasil tendo como referência a teoria do capital humano, isto é, a educação como pressuposto para o desenvolvimento econômico. Deste modo, os técnicos norte-americanos que estavam no Brasil tinha como objetivo adequar o ensino para o desenvolvimento econômico comparando-se a economia internacional. Em outras palavras, buscava-se o crescimento condizente com a “segurança nacional”. Não por acaso, o período é marcado pelo que convencionou-se chamar de “milagre brasileiro”.

Realmente houve uma expansão econômica mais acentuada no desenvolvimento do setor industrial, o que conseqüentemente contribuiu para as classes altas e média da sociedade, gerando o aumento de seu poder aquisitivo, atendendo as expectativas da burguesia. No entanto, o preço foi o crescimento das desigualdades sociais.

Concomitante a este processo, o contexto foi caracterizado pelo grande aporte de capitais estrangeiros no país, influenciando decisivamente os rumos da política educacional. A perspectiva pautada nos valores do mercado era formação de trabalhadores qualificados e, ao mesmo tempo, inofensivos politicamente, adequados aos interesses do capital.

4.1 A NOVA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A reforma do ensino superior implementada pela Lei nº 5.540/1968 e o Decreto-Lei nº 464, de 1969, promoveu a chamada Reforma Universitária. Para a compreensão desta reforma é necessário esclarecer que o modelo universitário era escasso, existiam poucas faculdades e as estas eram isoladas, não ofertavam vagas suficientes, o que aumentava a insatisfação da sociedade e dos movimentos estudantis que começaram a preocupar o governo, o qual que não queria perder o apoio da população, a necessidade de formar para atender ao modelo econômico também propiciou a reforma universitária.

No ano de 1968, diante das reivindicações, foram produzidos relatórios pela Comissão Meira Mattos (12/1967) e pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (07/1968). A Comissão Meira Mattos presidida pelo coronel Meira Mattos, que era do corpo permanente da Escola Superior de Guerra e outros membros, tinha como função conter os esses movimentos estudantis. O relatório de Meira Mattos, enfatiza-se a preocupação em manter a ordem instaurada pelo regime, como também a proposição de um modelo universitário que atendesse aos interesses do Estado.

Os relatórios realizados pela Comissão Meira Mattos apontavam para a necessidade de rever a legislação educacional, também citado pelo relatório do GTRU, em geral ambos relatórios tiveram a função de complementar e de contrapor-se. O relatório Meira Mattos explicitou os seguintes temas: concepção geral da reforma, regime jurídico e administrativo, estrutura, articulação da escola média com a superior, cursos e currículos, regime escolar, corpo docente, implementação da pós-

graduação, corpo docente, explanação do ensino superior e recursos para a educação.

Ambas comissões em seus relatórios defendiam a necessidade da reforma universitária, mas compreendiam que já havia sido realizada muitas mudanças que estavam presentes nos Decretos - Lei nº 53/1966 e n. 252/ 1967, que reestruturaram as universidades federais, Decreto Lei nº 53/ 1966:

Art. 2º Na organização das universidades federais, observar-se-ão os seguintes princípios e normas:

I - Cada unidade universitária - Faculdade, Escola ou Instituto - será definida como órgão simultaneamente de ensino e pesquisa no seu campo de estudos.

II - O ensino e a pesquisa básicos serão concentrados em unidades que formarão um sistema comum para toda a Universidade.

III - O ensino de formação profissional e a pesquisa aplicada serão feitos em unidades próprias, sendo uma para cada área ou conjunto de áreas profissionais afins dentre as que se incluam no plano da Universidade.

IV - O ensino e a pesquisa desenvolver-se-ão mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos envolvidos em cada curso ou projeto de pesquisa.

V - As atividades previstas no item anterior, serão supervisionadas por órgãos centrais para o ensino e a pesquisa, situados na administração superior da Universidade.

Os principais problemas que o ensino superior público confrontava: a falta de estrutura, a inadequação estrutural do Ministério da Educação e Cultura, a baixa remuneração dos professores, o sistema de cátedra, ampliação de vagas e ausência de fiscalização dos recursos públicos, eram apenas alguns problemas presentes nos relatórios, que serviram como base para a reforma do ensino superior.

A Reforma Universitária, promulgado em 28 de novembro de 1968, converteu-se na Lei nº 5.540, sendo implantada através do Decreto lei 464 de 11 de fevereiro de 1969, entrou em vigor no governo de Costa e Silva, sob a gestão de Tarso Dutra no Ministério da Educação e Cultura e estabeleceu as normas de organização e funcionamento do ensino superior.

Dentre as principais mudanças nas universidades com a reforma superior estabelecidas pela Lei nº 5.540/68, podemos destacar o fim do regime de cátedras, os privilégios do professor catedrático, contribuía para o atraso das universidades no Brasil, presentes nas universidades a desde seu princípios em 1808, com a chegada do Príncipe D. João VI, o professor catedrático era o primeiro na hierarquia do corpo

docente, tinha autonomia e liberdade, com isso nomeavam professores assistentes ou auxiliares sem concurso público, caso considerasse o candidato qualificado para compor o corpo docente da universidade. Como ressaltar Graciani:

A cátedra foi considerada, ainda, como uma “repartição administrativa” do ensino superior e de outros níveis (secundário) e o “legítimo” representante desta unidade escolar era o catedrático, único responsável por tal repartição e pelos docentes que dela faziam parte; poderia ser compreendida, também, como sendo um agrupamento de docentes de determinada área do conhecimento sob a tutela de um único “chefe” - o catedrático – que mantinha todo poder decisório em suas mãos. (GRACIANI, 1984:82-83).

Só em 1967 com o Decreto-lei nº 252, são ampliadas determinações contidas no Decreto-lei nº. 53, de 1967, as quais se refere à organização das universidades federais, em 1968 com a Reforma Universitária é extinguido o regime de cátedra é instituído o sistema de departamento nas universidades.

Outra mudança ocasionada pela Reforma Universitária, a unificação do vestibular que passou a ser classificatório, esta foi a manobra para “mascarar” a falta de vagas nas universidades. Antes do vestibular classificatório, muitos candidatos eram aprovados e não havia como ofertar o ensino para todos, deste modo, as universidades passam a ofertar um número de vagas e cabe aos candidatos a capacidade de conseguir ingressar ou não, aqueles que obtivessem os melhores resultados eram aprovados. Cabe ainda destacar a criação do sistema de créditos e a fragmentação das faculdades por disciplinas e áreas especializadas do conhecimento, a regulamentação dos cursos de pós-graduação e consagrava a inerência do ensino, pesquisa e extensão.

Ao mesmo tempo em que o Estado exercia o mais severo controle político-ideológico da educação, possibilitava, contraditoriamente, o exercício da crítica social e política não somente do regime político vigente no país, mas também do próprio capitalismo no âmbito universitário. Germano (1992, p. 148).

Importante destacar também o crescimento do ensino superior no período pós 196, este crescimento não se restringiu apenas as universidades públicas, o crescimento no ensino privado também se deu nas instituições privadas. No setor privado entre 1965 e 1980, houve um crescimento de 40% no número de matrículas, entre os anos de 1960 até 1970, a expansão do setor privado laico ocorreu

basicamente através do aumento de estabelecimentos isolados de pequeno porte, as instituições privadas foram beneficiadas pelo número de vagas limitadas nas instituições públicas.

As afinidades políticas entre os governos militares e os dirigentes de instituições privadas do ensino superior fizeram com que o CFE assumisse uma feição crescentemente privatista. Assim, no momento em que a reforma da educação superior proclamava sua preferência pela universidade como forma própria de organização, o CFE se empenhava em propiciar a aceleração do crescimento os estabelecimentos privados, a grande maioria deles isolados, contrariando a lei recentemente promulgada.

Estimulada pelo aumento das exigências educacionais para o emprego, a procura por diplomas de ensino superior, nas mais diferentes especialidades, possibilitou um amplo mercado para os empresários da educação. Em diferentes regiões do Brasil surgiram estabelecimentos de pequeno porte, com a anuência do Conselho Federal de Educação, que passaram a ofertar cursos superiores noturnos e com qualidade questionável.

Por fim, a expansão acelerada do setor privado no âmbito da educação superior foi benéfica aos interesses do regime. Uma das razões da reforma eram as demandas pela expansão de vagas nas instituições públicas. Assim, o setor privado funcionou também como um instrumento de amortecimento das pressões estudantis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma universitária de 1968 deve ser compreendida dentro de um cenário marcado pela intensidade das lutas políticas do período ao mesmo tempo que o regime procurava conciliar a modernização da universidade com os interesses do capital e as demandas do movimento estudantil.

Não se tratava, evidentemente, de democratizar as instituições de ensino superior, algo impensável para a natureza do regime. A universidade pública, ainda que tenha expandido suas atividades, continuava a ser o espaço privilegiado dos grupos econômicos mais abastados. Os filhos da classe trabalhadora, com as exceções de praxe, continuaram longe dos bancos das universidades públicas.

A perseguição ao movimento estudantil, a censura e a aposentadoria compulsória de professores são fatos emblemáticos do caráter do regime. Foram anos

marcados pela violação dos direitos humanos. As tristes lembranças do período nos remetem a milhares de brasileiros que continuam sem ter notícias dos entes desaparecidos.

No entanto, apesar de inúmeras evidências, ainda hoje, há quem exalte os “feitos” da ditadura. Por isso, é mais do que necessário compreender o período e as transformações que ocorreram ao longo dos “anos de chumbo” para que não repitamos os erros do passado.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Rubin Santos Leão et. al. **Fazendo a História**. Rio de Janeiro. Ao Livro Técnico. Vol. IV, 1990. p. 260.

ALVES, Márcio Moreira. **BEABÁ DOS MEC-USAID**. Edições Gernasa. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1968.

BRASIL. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Brasília, DF. Congresso Nacional, 1989. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 02 dez. 2017

BRASIL. Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Define a Organização das Universidades Federais Brasileiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov.1966.

CUNHA, Luiz Antonio e GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 9ª ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto. 2016.

FERREIRA JR, Amarildo; BITTAR, Marisa. **Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar**. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **O ensino superior no Brasil:** A estrutura de poder na universidade em questão. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil: (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 1994.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil: 1964-1985.** São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.
O Globo, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964.

SAVIANI, D. **O legado educacional do regime militar.** Cadernos CEDES, vol. 28, 2008.